

PLANO ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL

Antes da apresentação do plano, existe um comentário sobre Educação, Prédios e Finanças.

Na parte referente à educação, achamos que deveria ser feita uma crítica a cada tipo de ensino, mostrando seus defeitos com suas causas e conseqüências. Como foi feito em relação ao professor não habilitado, só se fez referências às causas sem se procurar analisar as conseqüências.

Na parte referente a prédios, descreve-se o processo de construção. Verificamos facilmente quanta burocracia existe, e suas conseqüências. Pretendemos analisar este aspecto em futuro bem próximo, para racionalizarmos os trabalhos das diversas Secretarias Estaduais.

Nesta parte, os relatores citam que o cadastro dos prédios não está atualizado. Para que este problema seja resolvido no momento atual, e não apareça no futuro, pensamos ser necessária a criação de um serviço de estatística, que deva ser orientado por uma pessoa que entenda realmente de organização de Estatísticas, de modo a poder constituir um sistema que funcione continuamente. Em nossa opinião, este técnico deve ser uma pessoa que conheça bem o computador, pois com a mecanização do sistema, este poderá ser facilmente controlado.

PLANO ESTADUAL

1. Objetivos do Plano.

Estamos de acôrdo com a maioria do que foi escrito pelos relatores do plano.

Resolvemos fazer alguns comentários nas partes em que temos opiniões diferentes.

a) Nas págs. 8 e 9, os relatores abordam o problema dos leigos no ensino primário. Nesta parte, pensamos que o problema possa ser solucionado a longo prazo, com a criação de escolas normais só para homens, e uma campanha de modo a termos o maior número de homens nessas escolas.

O motivo de nossa opinião é que para os moços seria muito mais fácil se deslocar dos centros urbanos para o interior, bastando que tivessem algum incentivo financeiro, enquanto que as moças por mais que façamos, não vão se deslocar para o interior. Outro fator relevante, é que estes rapazes tornar-se-iam os educadores de toda a região, e teriam condições de prestarem um serviço pioneiro.

b) Na pág. 8 os relatores falam da criação das 6ª e 7ª séries primárias.

Pensamos, que, no lugar das 5ª e 6ª séries, deveriam ser colocados ginásios, que, pela falta de recursos econômicos seriam de apenas dois anos. Portanto, somos completamente contrários à criação da 7ª série, que só viria trazer gastos para a S.F.C.

c) Na pág. 17 os relatores falam da criação de um órgão central que tivesse todas as informações estatísticas e cadastrais.

Somos contrários a este órgão, pelos seguintes fatos:

1) O grande afluxo de informações faz com que o serviço não possa ser atualizado.

2) As informações ficam muito extensas, ou seja, não são analisadas e reduzidas.

3) Não é possível ao serviço criticar as informações recebidas, e quando existem, as pessoas não têm condições de criticá-las.

4) Não existe uma Análise Estatística, ou seja, uma elaboração das informações recebidas.

Portanto, achamos que deva ser criado uma assessoria de Estatística, que seja chefiada por um Estatístico de alto nível.

A assessoria de Estatística, tem as seguintes vantagens:

1) Orientação das informações que devem ser obtidas pelas diversas divisões do Departamento de Administração, como: divisão de material, divisão de Pessoal, etc.

2) Análise e crítica de todas as informações.

3) Redução das informações a pequenas fichas, que poderão trazer muitas vantagens administrativas.

4) Realização de Pesquisas, baseadas nos dados obtidos, que poderão trazer vantagens à política da S.E.C.

5) Centralização das informações, analisadas, criticadas e reduzidas a pequenas fichas.

6) Orientação da S.E.C. nas pesquisas a serem realizadas.

Citamos algumas vantagens da Assessoria de Estatística, toda via, poderemos demonstrar mais algumas, e como deverá funcionar a referida Assessoria, se os membros da S.E.C. do Rio Grande do Sul estiverem dispostos a criá-la.

2. Aspectos quantitativos do Plano.

2.1) Estudo Demográfico.

Nêste aspecto do plano, encontramos falhas muito graves devido ao conhecimento deficiente da Metodologia Estatística e de sua aplicação.

Os autores dizem que o Censo Escolar de 1964 apresentou uma população de 5.511.000, todavia em suas estimativas usaram os dados do I.B.G.E., que davam para 1964, 6.028.000. Os prezados senhores não refletem que os dados do I.B.G.E. são uma estimativa baseada principalmente no Censo de 1950, pois o Censo de 1960 foi um completo desastre, devido a fatores econômicos e políticos. É uma estimativa, e como tal deve estar próximo da realidade, mas nunca ser igual a esta. Pelo que se apresenta, a estimativa do I.B.G.E. teve um erro de 9,39%, em nossa opinião pequeno dentro das condições em que foi realizada. Entretanto, tendo o dado real (quase real) obtido pelo Censo sido esse, os autores teriam de usá-lo. Desta forma, tôdas as estimativas feitas estão furadas na sua base.

Desejamos pedir aos distintos colegas, que não façam estimativas a longo prazo, pois estas não têm nenhum valor. Portanto, as estimativas devem ser feitas a médio ou curto prazo, ou seja, por um período de 5 anos no máximo.

Criticamos ainda o uso das taxas de crescimento demográficos dadas pelo I.B.G.E., pois facilmente verificamos que estas não são coerentes. Eles supõem uma taxa de 5,5% urbano, e 0,9% para o rural, e dão uma taxa de crescimento global de 2,25%. Basta que façamos uma conta, para concluir que estas são coerentes quando a população urbana é 29,35% do to-

tal. Entretanto, pelos dados fornecidos no Trabalho, a população de 1964, (tomada como base) é de 2.916 na zona urbana, e de 3.112 na zona rural, o que dá uma taxa de 48,3%. As taxas usadas não são coerentes, dando conclusões diferentes, se não fosse usado o artifício de estimar a população de uma zona pelo resultado da outra. Por estas taxas, acharíamos para o ano de 1965, os seguintes resultados:

Zona Urbana:

$$2.916 \times 1.055 = 3.076,38.$$

Zona Rural:

$$3.112 \times 1.009 = 3.140,00.$$

População Total:

$$3.076 \times 3.140 = 6.216.$$

Concluimos pois, que as taxas do I.B.G.E., são válidas para o Brasil, e não para o Rio Grande do Sul.

2.2) Matrícula do Ensino Primário.

2.3) Matrícula do Ensino Médio.

Fazem novamente estimativas para períodos muito longos, o que parece ser um mal de todos os órgãos do Brasil.

Nesta parte, baseiam-se num modelo feito pelo Ministério do Planejamento e Coordenação. Não sabemos qual é o modelo, todavia achamos que este deva ser para todo o Brasil, e dificilmente irá satisfazer ao Rio Grande do Sul.

Chamamos a atenção para que não usem Estatísticas ou modelos Econométricos que tenham sido elaborados por órgãos gerais, pois são válidos para o Brasil, e não para determinada região.

2.4) Ensino Colegial.

Não vamos criticar pois os relatores dizem que os dados utilizados não são bons. Como não conhecemos as estatísticas disponíveis, no Estado, limitamo-nos a acreditar que não havia meio de conseguir melhores dados.

2.4.1) Ensino Primário.

Analisando o quadro 6.2.3.14 achamos absurda a queda da demanda de professores do 2º ciclo, com um aumento grande na oferta, chegando em 1976 com um excedente de 11.357, quando em 1971 existe déficit de 907. Portanto, isto vem provar que não devemos fazer estimativas por longo período. Consideramos as estimativas boas em todos os quadros, até 1969.

Este fato vem provar a ineficiência das técnicas usadas acima de 3 anos.

Portanto, somos de opinião que só sejam feitas estimativas a médio prazo.

2.4.2) Ensino Médio.

No quadro 2.4.2.6 apresentam-se estimativas desde 1965 a 1976 baseadas em apenas 3 dados observados. É completamente impossível que estas estimativas tenham algum valor. Para fazermos uma boa estimativa e usando técnica muito mais avançada, como a de Análise das Séries Temporais, usamos um período de observação bem razoável; com 3 dados observados, nada podemos estimar. Os relatores colocaram no rodapé uma nota dizendo que usarão o método dos mínimos Quadrados, com o intuito de justificar suas estimativas, todavia eles deveriam saber que tal método é muito falho, dando bons resultados apenas em fatores cuja variação aleatória é pequena. Mesmo que neste fato pudessem aplicar os mínimos quadrados, teriam que ter um número de observações bem maior. Peço que os distintos colegas dessem uma lida na Revista Brasileira de Estatística, na qual o Prof. Josué Montuello escreveu sobre tal método. Para fixar melhor, podemos dizer que esta revista saiu por volta de 1945.

ANÁLISE GERAL SOBRE O ASPECTO QUANTITATIVO DO PLANO

Encontramos nesta parte o que não desejávamos, pois as idéias fundamentais do Plano estão ótimas. Entretanto, este capítulo é muito fraco: encontramos nele, estatísticas mal interpretadas, uso de estatísticas do Brasil para o Estado, uso de métodos estatísticos inadequados, estimativas sem valor real, etc.

Vamos procurar ajudar a S.E.C. do Rio Grande do Sul, pedindo-lhe que contrate urgentemente 2 Estatísticos de nível superior e alto nível. Um para chefiar uma assessoria de Estatística e Pesquisa, que deve ser criada

da na S.E.C., de modo a atualizar tôdas as estatísticas estaduais necessárias a S.E.C., e criar uma metodologia de modo a que exista um fluxo permanente de informações, a fim de que as estatísticas estejam sempre atualizadas. Esta pessoa, deverá ser um estatístico de nível superior, que tenha alguns conhecimentos de organização e administração, e conheça muito bem computadores eletrônicos.

O segundo estatístico é para trabalhar na Comissão de Planejamento, para que possam ser utilizadas, de modo adequado, as estatísticas existentes, e sejam feitos modelos econométricos que atendam às necessidades do Estado, a fim de que este não seja obrigado a utilizar modelos feitos para todo o Brasil e que dificilmente se adapta ao Estado.

Está provado que sem boas estatísticas é impossível planejar mos, pois não temos meios de conhecer a gravidade dos problemas que enfrentamos, e no futuro não sabemos quais as vantagens e desvantagens do Plano, ou seja, onde e em que grau o planejamento não está satisfazendo à realidade.

3.) Programas Qualitativos.

Achamos que deva ser incluído um item que diga respeito ao incentivo para que os rapazes entrem para as escolas normais, ou se possível, a criação de escolas normais só para homens.

Quanto ao restante, estamos de pleno acôrdo com os relatores.

4.) Necessidades Financeiras.

Estas tem sua previsão vinculada na parte referente aos aspectos quantitativos do Plano, portanto não poderemos nos basear nelas.

Este caso é uma prova de que sem termos boas estimativas quantitativas, torna-se impossível planejar.

5.) Reforma Administrativa.

No item 5.2, daríamos a seguinte redação: criação de uma Assessoria de Estatística e Pesquisa, diretamente ligada à Assessoria de Planejamento. Esta assessoria faria o que está especificado nos itens 5.3, 5.10 e 5.11.

6.1.) Plano de formação de mão-de-obra.

Nesta parte são cometidos os mesmos erros do capítulo 2. Sabemos que a culpa não pertence aos autores do plano, e sim aos órgãos que deveriam realizar boas estatísticas e dar boas estimativas, todavia estes órgãos nada produzem de útil. Desta forma, aconselhamos à Comissão de Planejamento que, nos próximos planos, quando precisar de estudos como este, faça uma pesquisa, que verificará facilmente as suas vantagens. Podemos dizer que tôdas as vêzes que realizamos pesquisas de campo bem elaboradas, chegamos a conclusões completamente diferentes do que diziam a respeito do fenômeno: desta forma, aconselhamos à S.E.C. que faça o levantamento das estatísticas que necessitar, sem pensar no que publicam ou dizem os órgãos que hoje se dedicam a este trabalho.

Citamos várias vêzes a criação de uma Assessoria de Estatística e Pesquisa, para que fique bem claro o sentido de Pesquisas Estatísticas, pois são estas as de maior necessidade atualmente no Brasil.

6.2.) Plano de Professôres Normais.

Como já falamos anteriormente, somos de opinião que devam ser criadas escolas normais só para homens, pois só assim poderemos reduzir o problema dos professôres para as zonas rurais.

Quanto ao resto do trabalho, só podemos criticar as estimativas feitas, como já mencionamos anteriormente.

Quanto aos outros itens, não existem outros pontos para criticarmos.

CRÍTICA GERAL

Achamos que o plano está muito bem exposto, quanto aos seus objetivos, programas qualitativos e reformas administrativas.

Mostram um bom conhecimento dos problemas e de suas possíveis soluções.

Todavia, quanto ao aspecto quantitativo consideramos o plano fraco, portanto se a Comissão de Planejamento procurar melhorar as técnicas

referentes ao aspecto quantitativo. Teríamos certamente um ótimo Plano Estadual para o Rio Grande do Sul, não só quanto ao aspecto teórico, como de sua aplicação, pois os problemas foram abordados de maneira a encontrarmos soluções para os problemas práticos.

Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1968

MARCO ANTONIO PIMENTEL